

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1ª Reunião Ordinária 02 de Março de 2011 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputada Maria Lúcia Prandi

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Parecer	Vista
1	Projeto de lei 509/2007	Deputado Carlos Giannazi	Determina abordagem de conteúdos da temática GLBTT-Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros, na última série do ciclo I e em todas as séries do ciclo II do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Estaduais.	Deputada Rita Passos	contrário	C.G., H.P.
2	Projeto de lei 1151/2009	Deputado Conte Lopes	Cria o "Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD PAULISTA" . Fase Infantojuvenil, voltado aos alunos do ensino médio e fundamental.	Deputado Carlos Giannazi	favorável ao projeto com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça	
3	Projeto de lei 1165/2009	Deputado Roberto Felício	Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da rede oficial de ensino, o "Programa de Educação Sobre Prevenção de Riscos", destinado aos estudantes do ensino médio e fundamental.	Deputado Carlos Giannazi	favorável	
4	Projeto de lei 1239/2009	Deputado Gilmaci Santos	Institui o "Programa de Combate ao 'Bullying'" nas escolas públicas e privadas do Estado.	Deputado José Bruno	favorável	R.F.
5	Projeto de lei 321/2010	Deputada Beth Sahão	Proíbe o uso de pulseiras coloridas conhecidas como "pulseiras do sexo" nos estabelecimentos de ensino da rede pública de educação.	Deputado Carlos Giannazi	favorável	
6	Processo 4445/2009	Professor Ilson Antunes de Almeida	Denuncia demora da Secretaria de Estado da Educação em expedir Certidão de Liquidação de Tempo de Serviço necessária para o requerimento de aposentadoria.	Deputado José Bruno	propondo Indicação	

7	Processo 5510/2010	Câmara Municipal de Presidente Venceslau	Solicita que seja revogado o Decreto que destinou o prédio do antigo CEFAM para a Secretaria de Segurança Pública, bem como a possibilidade de implantação de Escola Técnica Estadual.	Deputado Ricardo Montoro	propondo arquivamento dos autos	
8	Processo 5791/2010	Escola Estadual Exército Brasileiro	Requer a reintegração do Adicional de Localidade de Exercício-ALE, previsto na Lei Complementar nº 669 de 20/12/1991.	Deputado Carlos Giannazi	propondo Indicação	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

1ª Reunião Ordinária 02 de Março de 2011 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputada Maria Lúcia Prandi

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Parecer	Vista
9	Projeto de lei 551/2007 Juntado o Projeto de lei 63/2006	Deputado Orlando Morando	(CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Adib Moisés Dib" à Faculdade de Tecnologia-FATEC, em São Bernardo do Campo.	Deputada Rita Passos	favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1	
10	Projeto de lei 491/2010	Deputado Celino Cardoso	(CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Professora Eulice Sílvia Mendonça da Silva" à Escola Estadual Jardim Brasília, na Capital.	Deputada Rita Passos	favorável	
11	Projeto de lei 499/2010	Deputado Roberto Engler	(CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Professora Stella da Matta Ambrósio" à Escola Estadual do Jardim Pulicano, em Franca.	Deputado Carlos Giannazi	favorável	
12	Projeto de lei 531/2010	Deputado João Caramaz	(CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Prof. Clóvis Alves dos Santos" à Escola Estadual Jardim Carolina, em Itaquaquecetuba.	Deputado José Bruno	favorável	
13	Projeto de lei 559/2010	Deputada Analice Fernandes	(CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Prof. Eli Urias Muzel" à Escola Estadual do Jardim Pinheiros, em Embu.	Deputado José Bruno	favorável	

Item 14 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Giannazi para que seja incluída na pauta a convocação do Prof. Pedro Celestino, Diretor da ETEc Getúlio Vargas e da Sra. Laura Laganá, Superintendente do Centro Paula Souza, responsável pela nomeação do diretor da escola, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as várias denúncias por parte de alunos, grêmios, professores e sindicato.

Item 15 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Giannazi para que seja incluída na pauta a convocação imediata do Sr. João Grandino Rodas, Reitor da USP, a fim de que explique as graves denúncias de autoritarismo, demissões injustificadas, perseguição a alunos, criminalização do movimento estudantil e sindical, conforme artigo publicado no jornal "Folha de São Paulo" de 27/01/2011.

Item 16 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Giannazi para que seja incluída na pauta a convocação imediata do Secretário de Gestão Pública, Sr. Júlio

Francisco Semeghini Neto e do Diretor de Perícias Médicas do Estado - DPME, Sr. Walter Haddad, a fim de que expliquem as graves denúncias referentes à discriminação que os servidores em geral vêm sofrendo.

Item 17 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Giannazi para que seja realizada uma audiência pública com a presença do Senhor Secretário de Estado da Educação e de entidades representativas da categoria, educadores em geral e representantes da sociedade, tendo em vista o anúncio daquela Secretaria da constituição de comissão de estudos para apresentação de propostas de discussão do Estatuto do Magistério e demais planos de carreira.

Para ciência:

Item 18 - Indicação nº 1486/2010 - Parecer nº 1921/10 sobre Processo RGL nº 3281/10. Indica ao Senhor Governador que aprecie, pondere e atenda o que foi aprovado pelos vereadores da Câmara Municipal de Itobi e transformado em Moção de Apoio à Campanha Unificada do Magistério Paulista, pelo reajuste salarial emergencial de 27.5%, pela extensão das gratificações aos aposentados, pelo cumprimento de data base de reajuste salarial, pelo estabelecimento de novo plano de carreira, pelo pagamento dos precatórios alimentícios e pela incorporação aos pisos salariais.

- A resposta da Secretaria da Educação informa que a partir de 1997 houve criações e/ou inclusões de gratificações e alterações na remuneração, previstas na seguinte legislação: Leis complementares n.ºs. 836/97, 874/2000, 923/2002, 958/2004, 975/2005, 977/2005, 1018/2007, 1053/2008 e 1107/2010. Com relação ao Plano de Carreira, a Lei Complementar nº 1097/2010 criou o Programa de Valorização pelo Mérito. Sobre o cumprimento de data-base/reajuste salarial, esclarece que a Lei nº 12.391/2006 fixa em 1º de março de cada ano a revisão da remuneração, porém o § 1º do artigo 1º da mesma lei cita: A revisão anual de que trata este artigo não implica, necessariamente, reajuste de remuneração e observa que o Piso Salarial dos Professores da rede estadual de São Paulo é 37,8% maior que o Piso Nacional aprovado pelo Senado. Quanto aos precatórios, o Decreto nº 56.646/2011 garante por mais um ano o pagamento em ordem crescente de valor, de acordo com a Emenda Constitucional nº 62/09. Informa, também, que estão sendo elaborados estudos para um novo Plano de Carreira, visando a contemplar, dentro do possível, as reivindicações apresentadas pelos profissionais do Magistério.

Item 19 - Indicação nº 1487/2010 - Parecer nº 1920/10 sobre Processo RGL nº 3054/10. Indica ao Senhor Governador agilizar a apuração dos fatos que estão sendo examinados nos Processos Administrativos n.os 2343/0013/2009 e 849/0013/2010, relativamente à Profa. Deusdete de Brito, da E.E. Eugênio Mariz de Oliveira Netto, subordinada à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

- A resposta da Secretaria da Educação informa que, conforme manifestação da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo - COGSP, os referidos processos foram reatuados respectivamente sob os n.ºs. 3495/0000/2009 e 1173/0000/2010 e encontram-se na Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares - PGE, a quem deve ser encaminhada a solicitação.

Item 20 - Requerimento de Informação nº 267/2010 - Parecer nº 1912/10 sobre Processo RGL nº 3283/10. Requer do Sr. Secretário de Estado da Educação informações sobre o fechamento da E.E. Prudente de Moraes, localizada na Avenida Tiradentes, no bairro da Luz.

- A resposta da Secretaria da Educação informa que, conforme manifestação da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, a referida unidade escolar apenas mudará de endereço, no mesmo quadrante e com melhores condições de funcionalidade e acessibilidade, uma vez que o prédio atual será utilizado pela Pinacoteca do Estado, para ampliação de sua área física. Informa, também, que a transferência do prédio para a Secretaria da Cultura só ocorrerá após o término da construção, não havendo alteração quanto ao atendimento da demanda escolar ou remanejamento de alunos para outras unidades escolares.

Item 21 - Requerimento de Informação nº 268/2010 - Parecer nº 1908/10 sobre Processo RGL nº 466/10. Requer do Senhor Secretário de Estado da Educação informações sobre o fechamento de salas de aula de EJA e a redução da oferta para esse segmento nas escolas estaduais.

- A resposta da Secretaria da Educação informa que, conforme manifestação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP, que no cumprimento do disposto nos artigos 208 e 211 da Constituição Federal, o Governo do Estado e os Municípios Paulistas empreendem esforço contínuo visando atender integralmente a demanda do ensino fundamental, inclusive na modalidade Educação de Jovens e Adultos, nos dois níveis de ensino, em escola estadual ou municipal. Encaminha cópia da legislação em vigor a respeito do assunto: Deliberação CEE nº 91/2009; Resoluções CE nºs 3/2010, 61/2010, 71/2010, 86/2008; relação dos CEEJA e número de matrículas por nível e modalidade de ensino.

Informamos que se encontram à disposição das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados, para consulta, na Secretaria da Comissão de Educação, os seguintes documentos:

Processo RGL 7160/1999 - ofícios informando as liberações de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Processo RGL 4769/2010 - Federação Paulista de Futebol encaminhando documentação relativa a matrícula e frequência dos jogadores menores de 18 anos, conforme determina a Lei nº 13.748/2009.